

220 anos do Tratado de Badajoz e da posse das Missões do RS pelos luso-brasileiros

Luiz Ernani Caminha Giorgis ^a

Resumo: Este trabalho aborda o processo histórico que resultou na posse e consolidação da região das Missões, chamada então de Sete Povos das Missões, situada ao norte e noroeste do Rio Grande do Sul, pelos luso-brasileiros, gaúchos, no início do século XIX sob a força das armas contra os espanhóis e seus descendentes, e os seus desdobramentos, em função da celebração do Tratado de Badajoz de 1801 entre Portugal e Espanha. Aborda também o processo histórico seguinte, pós-Badajoz, que consistiu em tentativas de retomada do território pelos espanhóis, passando pelo Tratado do Rio de Janeiro em 1828, que promoveu a independência da Banda Oriental com o nome de República Oriental do Uruguai e continuando até a metade do século XIX com as ações imperialistas dos diversos ditadores platinos, inclusive Francisco Solano Lopez, do Paraguai.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul, Missões, invasão, posse, luso-brasileiros, espanhóis.

PALAVRAS INICIAIS

Desde o descobrimento da América e o anterior Tratado de Tordesilhas, portugueses e espanhóis passaram a lutar entre si pelos territórios recém-descobertos. Sem dúvida, Tordesilhas deixou muitas lacunas e dúvidas que causaram atritos e desconfianças de

ambos os lados no decurso dos séculos seguintes.

Ao longo do tempo, os tratados que tentaram delinear os interesses territoriais ibéricos na América foram os seguintes:

- Tratado de Tordesilhas (1494);
- Tratado de Lisboa (1681);
- Tratado de Utrecht (1715);
- Tratado de Madri (1750);

^a Coronel de Infantaria. Associado correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



- Tratado de El Pardo (1761);
- Tratado de Santo Ildefonso (1777); e
- Tratado de Badajoz (1801).

Todos eles foram instrumentos que procuraram, de uma forma ou de outra, dirimir dúvidas e desavenças entre os dois impérios. Demandas que, como se poderá verificar, se prolongaram pelos séculos XVII e XVIII, chegando ao XIX. As pretensões geopolíticas predominavam em ambos os lados, tanto na Península Ibérica como na América do Sul.

Destes tratados nos interessam, particularmente, o de Santo Ildefonso e o de Badajoz, este de maneira peculiar.

O TRATADO DE SANTO ILDEFONSO

Na segunda metade do século XVII, Portugal passava por sérias dificuldades políticas. Com a morte de Dom José I (1714-1777), subiu ao trono sua filha Dona Maria I, a qual demitiu o todo-poderoso Pri-

meiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras, iniciando assim um período apelidado de “A Viradeira”. Dona Maria I e seu primo Don Carlos III, rei de Espanha, houveram por bem assinar o Tratado de Santo Ildefonso para acertos dos limites e para “acalmar os ânimos belicosos na região platina”.¹

O Tratado foi assinado em 1º de outubro de 1777 na localidade de Santo Ildefonso, província de Segóvia, Espanha, e procurou restabelecer, em parte, os postulados do anterior Tratado de Madri (1750) no que se referia à Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, uma colônia portuguesa estabelecida em 1680 na margem esquerda do Rio da Prata, e o território das Missões jesuíticas, situado ao norte e noroeste do território do atual Rio Grande do Sul.²

Se o Tratado de Madri trocava Sacramento pelas Missões, então de posse portuguesa, o de Santo Ildefonso entregava tudo às mãos da coroa espanhola. Foi uma derrota da diplomacia portuguesa da época.



da Capitania era a seguinte: a população era um pouco maior que 30 mil habitantes, a maioria espanhola em estâncias e recém-formados povoados que cresciam e prosperavam baseados, principalmente, na pecuária. A agricultura era a de subsistência.

A região das Missões – os Sete Povos, estava assolada pela pobreza e pela desorganização, resultado da expulsão dos jesuítas da região em 1759, por Carta Régia de Dom José I, rei de Portugal. Carta Régia cujas ordens foram mandadas executar pelo seu Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo – Conde de Oeiras e futuro Marquês do Pombal.

Os *Siete Pueblos* das Missões Orientais do Uruguai eram os seguintes: San Miguel, San Juan, San Angel, San Lorenzo, San Luís Gonzaga, San Nicolás e San Francisco de Borja.³

A GUERRA NA PENÍNSULA IBÉRICA

Depois da Revolução Francesa, a situação da Europa como um

todo era a de um novo ciclo histórico. Muitas reivindicações, lutas pelo poder, alianças político-militares, a França procurando se sobressair entre as grandes nações e rivalidades cada vez mais flagrantes.

Quanto às nações ibéricas, os anseios ainda pré-napoleônicos se traduziram em pressões diplomáticas, econômicas e militares a partir do final do século XVIII.

Em Portugal, o Príncipe Dom João assumia em 1792 a regência do Reino português em nome de sua mãe Dona Maria I, incapacitada por questões de saúde.

Quatro anos depois, em 18 de agosto de 1796, também em Santo Ildefonso, foi assinado outro tratado, desta vez entre Espanha e França, estabelecendo a declaração de guerra de ambos os países à Inglaterra.⁴ Em 1798, Napoleão assume o poder total na França através do golpe chamado de “18 do Brumário”. A partir daí, Napoleão passou a hostilizar a Inglaterra, sua maior inimiga e, por via de consequência, Portugal, aliada daquele reino.



Pressionada pela França, a Espanha passou também a hostilizar Portugal, pelo simples fato de que os portugueses se negaram a cortar relações diplomáticas e comerciais com a Inglaterra, sua aliada desde longa data. Está claro que a rivalidade maior era entre França e Inglaterra.

Em 2 de março de 1801, obedecendo às convenções firmadas com a França, o rei espanhol Carlos IV declarou guerra a Portugal e seus domínios. Declaração de guerra formalizada em Aranjuez. Antes mesmo da resposta portuguesa a esta declaração os exércitos franco-espanhóis invadiram o Alentejo e tomaram a localidade portuguesa de Olivença, situada na província de Badajoz.⁵ Foi a chamada Guerra das Laranjas.⁶

É fácil observar que estava tudo preparado para esta agressão ao estado lusitano. Desde o final do século XVIII os espanhóis vinham concentrando tropas na fronteira com Portugal.

As operações militares duraram 18 dias. Neste período o Exército Espanhol, diante de fraca resis-

tência portuguesa, tomou uma dúzia de populações fronteiriças no Alto Alentejo.

Em 06 de junho de 1801, Portugal de um lado, e Espanha coligada à França de outro, foi assinado o Tratado de Badajoz.

ACONTECIMENTOS NO CONE SUL DA AMÉRICA

Os acontecimentos peninsulares repercutiram intensamente na Capitania do Rio Grande, cujo governante⁷ tomou, imediatamente, providências em relação à nova situação, da mesma forma que em situações anteriores, ou seja, o que acontecia na Península Ibérica repercutia no cone sul da América.

Conforme o historiador Guilherme César

O Governador Veiga Cabral, mobilizando os escassos recursos disponíveis, convocou milicianos, anistiou os desertores, chamou às fileiras antigos soldados que se haviam licenciado e, por fim, concentrou todas as suas forças na Vila do Rio



Grande e na fronteira do Rio Pardo. Algo de surpreendente então se verifica. Alertado, anteveendo o perigo, o povo supriu espontaneamente as manifestas deficiências materiais da nossa organização militar. O entusiasmo da população criou, desta forma, condições favoráveis à vitória altamente expressiva que se seguiria. Mas o inimigo não estava também muito forte. O governador de Montevideú, Bustamante y Guerra, que havia criado em 1797 o Regimento de Blandengues, dispunha de pouca tropa, e o mesmo acontecia com o de Buenos Aires. O expediente que seguiram, na emergência, foi o recuo para suas fortificações, onde esperavam resistir.⁸

As notícias da guerra na Península chegaram à vila de Rio Grande em agosto de 1801, quando a paz já fora assinada. Mas, em 17 de agosto, Veiga Cabral já havia proclamado o estado de guerra. É fácil perceber que o Governador quis aproveitar o contexto bélico na Península Ibérica para retomar as Missões.

Veiga Cabral organizou as ações em duas frentes. Com o início

da progressão a partir de Rio Grande, as colunas do Tenente-Coronel Jerônimo Xavier de Azambuja e a do Coronel Manuel Marques de Sousa (o 1º)⁹, partiram para a ofensiva. De maneira geral, muitos combatentes ainda se lembravam da invasão do espanhol Pedro Antonio de Cevallos Cortés y Calderón (1715-1778) em 1763, que manteve parte do território rio-grandense sob a dominação espanhola durante 13 anos.

Conforme o historiador Hernani Donato¹⁰ foram sete as principais ações dos luso-brasileiros contra os espanhóis, todas em 1801.

Em 8 de agosto, em São João Mirim, os combatentes de José Borges do Canto e do furriel Gabriel Ribeiro de Almeida atacaram de surpresa um acampamento “castelhano”. Foram 14 mortos e dezenas de feridos, contra somente um ferido luso-brasileiro. Foi aprisionado o comandante espanhol José Manoel de Las Cañas. No dia seguinte, 300 indígenas da região se apresentaram voluntários para in-



corporação às tropas luso-brasileiras.

No dia 10 de agosto, a mesma tropa de patrícios conquistou São Miguel das Missões, a sede administrativa das Missões. Inicialmente repelidos, os patrícios conquistaram a localidade em três dias, obtendo a rendição dos defensores.

Em 05 de outubro, o Capitão patrício Antônio Rodrigues Barbosa transpõe o rio Jaguarão e faz debandar o destacamento espanhol de Guarda da Lagoa que ali mantinha um posto.

Em 17 de outubro, na região de Passo da Perdiz, o Capitão Antônio Xavier de Azambuja, à frente de 200 homens a cavalo, vence um grupamento de 160 espanhóis, causando 52 baixas e fazendo 82 prisioneiros.

Em 22 de novembro, na região de San Lucas, Argentina, o Capitão Manoel dos Santos Pedroso, atravessa o rio Uruguai e cai de surpresa sobre um acampamento espanhol, expulsando os 130 militares. Foi contra-atacado dois dias depois, mas suportou o ataque e manteve o passo.

Em 23 de novembro, em Camaquã, na barra do rio de mesmo nome, José Borges do Canto e Gabriel Ribeiro de Almeida unem forças e vencem uma tropa inimiga que tentava uma manobra de reconquista do território.

No mesmo dia, em Apóstoles, Argentina, os espanhóis, sob o comando do capitão Rubio Dulce, tentam estabelecer uma cabeça de ponte no rio Icamaguã. Foram atacados e vencidos por Gabriel Ribeiro de Almeida contando três mortos e quatro feridos.

Estas ações contaram com a coordenação do Coronel Manuel Marques de Souza, apoiado pelos luso-brasileiros tenentes-coronéis Jerônimo Xavier de Azambuja e Patrício José Corrêa da Câmara, este último futuro Visconde de Pelotas.

A INCORPORAÇÃO DAS MISSÕES E DAS REGIÕES OESTE E SUDOESTE

Em 6 de junho de 1801 foi assinado o Tratado de Badajoz, cujo



texto só foi conhecido na Capitania do Rio Grande em dezembro. Conforme Guilhermino César

Seu texto, conhecido no Rio Grande só em dezembro, silenciava por completo sobre restituições de território que as armas brasileiras houvessem conquistado¹¹, de modo que os limites no extremo-sul do Brasil continuavam a ser os fixados em 1777. O Vice-Rei de Buenos Aires, entretanto, pretendeu reaver as Missões, legando que continuava de pé o Tratado de Santo Ildefonso. A isto se opôs, firme e habilmente, o Brigadeiro Roscio¹²: a Espanha conquistara Olivença aos portugueses e não estava obrigada a devolvê-la: do mesmo modo, não restituiria aos platinos as Missões Orientais, que passaram, assim, a integrar definitivamente o território brasileiro.¹³

O Governador Veiga Cabral faleceu em novembro, ainda a tempo de ver exitosas as ações que mandou desencadear para retomar as Missões dos espanhóis. Substituiu-o interinamente o brigadeiro Francisco João Roscio, que se achava em Porto Alegre. Roscio

imediatamente vai para a área conflagrada e determina enérgicas providências para afastar o perigo de represálias, principalmente na fronteira do Jaguarão.

Percebe-se claramente que

Fig 2 - Linha do Tratado de Santo Ildefonso e a região que foi conquistada aos espanhóis



Fonte: LEMOS, op.cit.

houve uma troca. Os espanhóis ficaram com Olivença e os luso-brasileiros com as Missões e a região ao sul delas (Fig. 2).



Como se vê na figura, a área conquistada ou reconquistada estava entre a linha de Santo Ildefonso e a linha formada pelos rios Quaraí (nascente) e Jaguarão (idem), sendo que há uma fronteira seca entre estas duas nascentes, que hoje corresponde aos limites dos municípios de Sant'Ana do Livramento, Dom Pedrito, Bagé e Jaguarão.

Conforme o historiador César Pires Machado

Em 17 de dezembro de 1801 na Vila de Rio Grande era publicado um edital comunicando a paz firmada entre Espanha e Portugal. No acampamento de Jaguarão, Marques de Souza recebeu esse edital em 20 de dezembro de 1801 e encaminhou cópia ao Comandante espanhol Sobremonte no dia seguinte. Este, no entanto, permaneceu diversos dias sem a confirmação de Buenos Aires, onde provavelmente imaginavam que essa dilação permitiria a retomada de algum território perdido. No Povo de São Nicolau, o edital foi recebido por Joaquim Félix da Fonseca Manso em 26 de dezembro de 1801. No dia seguinte, encaminhou cópias aos comandantes e go-

vernadores espanhóis fronteiriços. Os termos da carta que acompanhava tais cópias, porém, denunciavam desassossego e antagonismo congênito. Em vez de expressões conciliatórias, Manso, depois de ressaltar que estava obrigado a não empreender qualquer agressão à Nação Espanhola, concluía de modo pouco diplomático: “Porem he preciso que V. Mce igualmente faça tão bem cessar quaesquer hostilidades contra a Nação Portuguesa [...]: ficando V. Mce alias responsavel pelas consequencias de qualquer aggressão ou acommetimento, q. daqui em deante, da sua parte possa acontecer”.¹⁴

Terminada a guerra na península, autoridades espanholas tentaram convencer as autoridades lusobrasileiras a devolver os territórios conquistados pelas armas. Mas prevaleceu o princípio do *uti possidetis* e o que foi conquistado assim ficou.

O território conquistado abrangia a área dos Sete Povos das Missões mais a região situada entre os rios Piratini e Jaguarão e, ainda, uma faixa de terras que liga essas duas partes, tangenciando, a Oeste,



o rio Santa Maria e nascentes do rio Negro. É uma área equivalente a um terço do atual território gaúcho. Alguns autores interpretam que o antigo distrito de Entre Rios, território limitado pelos rios Uruguai, Quaraí, Ibicuí e Santa Maria, teria sido conquistado nessa guerra.¹⁵

Em seguida, o governo da Capitania tratou de organizar econômica e psicossocialmente a região dos Sete Povos. Em 1843, pela lei do Orçamento, o Império incorporou as terras. Em 1850, já Brasil independente, a lei nº 601, de 18 de setembro dispôs sobre a aquisição de terras devolutas e facilitou a ocupação pacífica de toda a área, estimulando o estabelecimento de colônias agrícolas nacionais e também estrangeiras.

AS TENTATIVAS DE RECUPERAÇÃO DOS SETE POVOS PELA ESPANHA

A Espanha passou a considerar a possibilidade de recuperar a região pela força das armas. Os

vice-reis do Rio da Prata Don Joaquín del Pino Sánchez de Rozas Romero y Negrete (1729-1804) e seu sucessor o General Rafael Núñez Castillo Angulo y Bullón Ramírez de Arellano, Marquês de Sobremonte (1745-1827) organizaram os estudos estratégicos e táticos para atingir esse objetivo. Para isso, foi nomeado o integrante da Junta Consultiva de Fortificações e Defesa das Índias General Don Felix de Azara.

Azara passou a defender uma ampla manobra que se baseava na conquista do Porto de Rio Grande e, em seguida, todo o território. Mas Azara retornou para a Europa ainda em 1801, não deixando, entretanto, de continuar a defender a mesma tese. Os acontecimentos posteriores iriam desmanchar os anseios espanhóis.

Em 1805, o Rio da Prata sofre a invasão da Inglaterra e, em seguida, as duas invasões do Império inglês, ocorridas em 1806 e 1807. E assim, os objetivos territoriais e as demarcações dos limites entre os impérios ibéricos no cone sul foram sempre postergados.



CONCLUSÕES

Este processo histórico é um dos mais longos da História do Brasil. Com efeito, tomando-se seu início em 07 de junho de 1494 com o Tratado de Tordesilhas podemos, sem risco de cometer erros, fixar o seu final no dia 1º de março de 1870, quando da morte de Francisco Solano Lopez nas margens do Arroio Aquidabangui.

Assim, foram 376 anos de prolongadas lutas, tratados, disputas, desavenças, corrimaças, desconfianças, etc., entre luso-brasileiros, brasileiros, orientais e argentinos.

Alguns eventos merecem ser destacados nesse processo, pela importância e relevância histórica. São eles, além dos já citados:

- a vinda da família real portuguesa para o Brasil em 1808;

- as intervenções do Império português na Banda Oriental em 1811 e 1816 contra as chamadas Guerras de José Gervásio Artigas;

- a incorporação da Cisplatina pelo Império do Brasil em 1821 quando toda a chamada Banda

Oriental passou a pertencer ao Império português, inclusive a Colônia do Sacramento;

- a Independência do Brasil em 1822;

- a Guerra da Cisplatina em 1825-28 (contra os orientais e contra as Províncias Unidas do Rio da Prata); guerra na qual se destacou a Batalha do Passo do Rosário em 20 de fevereiro de 1827;

- a independência do Uruguai em 1828 pelo Tratado do Rio de Janeiro, quando o Império do Brasil concordou com a tese de total autonomia e entregou todo o território da Cisplatina às lideranças uruguaias; o novo país recebeu o nome de República Oriental do Uruguai;

- a guerra contra o ditador uruguaio Manuel Ceferino Oribe y Viana em 1851;

- a guerra contra os anseios de reconstituição do Vice Reinado do Prata protagonizado pelo ditador argentino Juan Manuel de Rosas, os quais incluíam exatamente o território reconquistado em 1801 pelos luso-brasileiros (Fig. 3):



- a Guerra contra o ditador uruguaio Athanasio Cruz Aguirre em 1864; e, finalmente,

- a Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai, leia-se Francisco Solano Lopez, que queria formar o *El Gran Paraguay*

incorporando o território do Rio Grande Sul.

O território em questão só foi conquistado e reconquistado pelo esforço e pela saga dos primitivos habitantes e pelas lideranças, inicialmente portuguesas, depois luso-

Fig. 3 - O Vice-Reinado do Rio da Prata



Fonte: <https://maestrovirtuale.com/vice-reinado-do-rio-da-prata-causas-historia-politica/> Acesso em 18 de março de 2021.



brasileiras e finalmente brasileiras.

Ao final do processo histórico, os impérios português e do Brasil perderam o território da Cisplatina, deixando assim de fixar o limite sul no Rio da Prata, mas não permitiram à Argentina incorporar esse mesmo território, e mantiveram definitivamente o território das Missões.

BIBLIOGRAFIA

AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970.

DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996.

GIORGIS, Luiz Ernani Caminha. *Brasil – Linha do Tempo*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2007.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009.

MACHADO, César Pires. *A Campanha de 1801 e a Conquista das Missões*. In: AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

¹ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *A Saga no Prata*. Porto Alegre: Suliani Letra & Vida, 2009, p. 189.

² A evolução do status político do atual Rio Grande do Sul foi o seguinte: a partir de 1760: Capitania do Rio Grande de São Pedro; a partir de 1807: Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul; em 1821: Província de São Pedro do Rio Grande do Sul; e, a partir do Brasil-República: Estado do Rio Grande do Sul.

³ CESAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul – Período Colonial*. Porto Alegre: Globo, 1970, p. 211.

⁴ Houve ainda um terceiro tratado, assinado em 1º de outubro de 1800 em Santo Ildefonso, no qual foram acerta-



das entre Espanha e a França questões relativas à Itália e à entrega da Louisiana (atual EUA) à França. Este tratado não envolveu os domínios sul-americanos.

⁵ Esta guerra foi, inicialmente, chamada de Guerra das Laranjas. Depois Guerra Peninsular.

⁶ Conforme a professora Graça Foles Amiguiño no site <https://elvasnews.pt/forte-da-graca-guerra-das-laranjas-sec-xix-1801/> (acesso em 16/03/2021), durante a conquista dos territórios de Elvas, o ministro hispânico Manuel Godoy colheu um ramo de laranjeira e o enviou para a corte espanhola para provar que havia conquistado Olivença.

⁷ Trata-se do Brigadeiro Sebastião Xavier da Veiga Cabral da Câmara (1742-1801), português de Santa Maria de Soutelo, vindo para o Brasil em 1773.

⁸ CÉSAR, op.cit., p. 212.

⁹ Houve três Manuel Marques de Souza, avô, filho e neto. O 3º - Conde de Porto Alegre, lutou na Guerra do Paraguai e faleceu em 1875 no Rio de Janeiro.

¹⁰ DONATO, Hernani. *Dicionário das Batalhas Brasileiras*. São Paulo: IBRASA, 1996, p. 98.

¹¹ Conforme CÉSAR (1970, p. 216), o príncipe regente Dom João, genro de Carlos IV, não teve como repelir as cláusulas humilhantes do tratado. Por-

tugal perdeu Olivença e seu território, e foi obrigado a fechar os portos do Brasil para a Inglaterra, ato revogado em 1808 quando Dom João chegou ao Brasil com a família real.

¹² Francisco João Roscio (Ilha da Madeira, 1733 - Porto Alegre, 1805), foi um engenheiro militar português que veio para o Brasil em 1767 para trabalhar em cartografia. É dele, em 1775, o projeto da Igreja da Candelária no Rio de Janeiro. Trabalhou em diversas fortificações e levantamentos cartográficos nas capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande (do Sul). Tendo recebido a patente de tenente-coronel, chefiou uma Subdivisão da Comissão Demarcadora de Limites, encarregada de mapear a região Sul da colônia e resolver conflitos fronteiriços com as colônias espanholas. Também no sul foi autor dos projetos da Igreja Matriz do Rio Pardo (1791) e da Igreja Matriz de Cachoeira do Sul (1793). Já Brigadeiro, Roscio governou interinamente a Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul de 5 de novembro de 1801 a 30 de janeiro de 1803. Faleceu em Porto Alegre em 1805.

¹³ CÉSAR, op.cit., p. 216.

¹⁴ MACHADO, César Pires. A Campanha de 1801 e a Conquista das Missões. In: AXT, Gunter (org.) et all. *As Guerras dos Gaúchos*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008, p. 77/86.

¹⁵ CÉSAR, op.cit., p. 218.